

O Nordeste no Brasil: Integração e Crescimento Recente¹

Assuéro Ferreira

- Professor titular doutor do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará
- Assessor Especial da Presidência do Banco do Nordeste do Brasil

Resumo

Analisa o crescimento recente da economia da região Nordeste do Brasil e seu modo de integração no contexto nacional. Suas principais conclusões evidenciam, ao mesmo tempo, uma forte integração com o crescimento da economia nacional e relativa perda de vitalidade do crescimento regional, com o decréscimo de sua participação em termos de produto interno bruto, durante o período que se estende a partir da segunda metade dos anos 1980 até fins dos anos 1990. Por outro lado, as sucessivas crises econômicas da economia nacional vividas nos anos 1990 exerceram fortes influências sobre o desempenho da economia regional, particularmente, no tocante a instabilidade do crescimento e à geração de emprego e renda. Somente a partir de começos dos anos 2000 é que a economia regional começou a esboçar um crescimento mais satisfatório, inclusive, aumentando a sua participação no produto interno bruto nacional. Este último fato parece indicar que a economia regional começa a apresentar algum grau de autonomia frente ao agregado nacional devido ao desempenho de novas vantagens competitivas, principalmente, a partir de atividades econômicas recém implantadas em determinadas localidades do território regional.

Palavras-chave:

Economia da região Nordeste; Crescimento econômico regional; Crise econômica e desemprego; Recuperação econômica da região Nordeste.

¹ Este é um extrato, com algumas modificações, de uma pesquisa realizada em 2004 sobre o desenvolvimento regional do Nordeste como parte de uma consultoria técnica prestada à presidência do Banco do Nordeste do Brasil. Ressalte-se, no entanto, que todas as opiniões aqui emitidas são de inteira responsabilidade do autor, não correspondendo, necessariamente, às da referida instituição.

1 – INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar a dinâmica do crescimento recente da economia nordestina relacionando-a com a da economia brasileira como todo, procurando, entretanto, destacar as suas possibilidades autônomas de crescimento. O princípio metodológico que o nordeste assume que a economia brasileira, contemporaneamente, exibe uma sólida integração inter-regional na estruturação da sua específica divisão social e técnica do trabalho. Mesmo assim, não se pode descartar o fato de que cada estrutura econômica local guarda, em maior ou menor grau, certa autonomia reprodutiva do capital. Isto, devido às diferenciações econômicas setoriais subsistentes e, ainda mais, considerando-se o pacto federativo brasileiro que, em grande medida, se constitui com autonomias político-administrativas reforçando as estruturas de poderes locais.

Como corolário deste arranjo federativo institucionalizado, têm-se, inclusive, possibilidades concretas de que possam ocorrer competitividades políticas acirradas entre as várias unidades subnacionais, destacando-se

na atualidade, por exemplo, políticas específicas de incentivos fiscais no intuito de atrair investimentos produtivos. Tal prática, que vem sendo denominada de “guerra fiscal”, afora a controvérsia sobre a sua eficácia na promoção do desenvolvimento local, evidencia em grande medida a dificuldade de se estabelecerem políticas cooperativas entre as várias unidades federativas em prol de um processo de desenvolvimento compartilhado em escala nacional.

2 – CRESCIMENTO E FLUTUAÇÕES DO PRODUTO INTERNO BRUTO NO PERÍODO 1985-2001

O Produto Interno Bruto da economia no Nordeste a preços de mercado de 2003, no período 1985-2002, acumulou um incremento de 42,1%, enquanto para a economia brasileira como todo totalizou 47,2%, como se pode derivar da Tabela 1a, anexa. Em 2002, o PIB nordestino a preços de mercado de 2003 atingiu o valor de R\$ 209,2 bilhões, representando 13,5% do PIB brasileiro². Ainda que expressando uma nítida tendência positiva de cres-

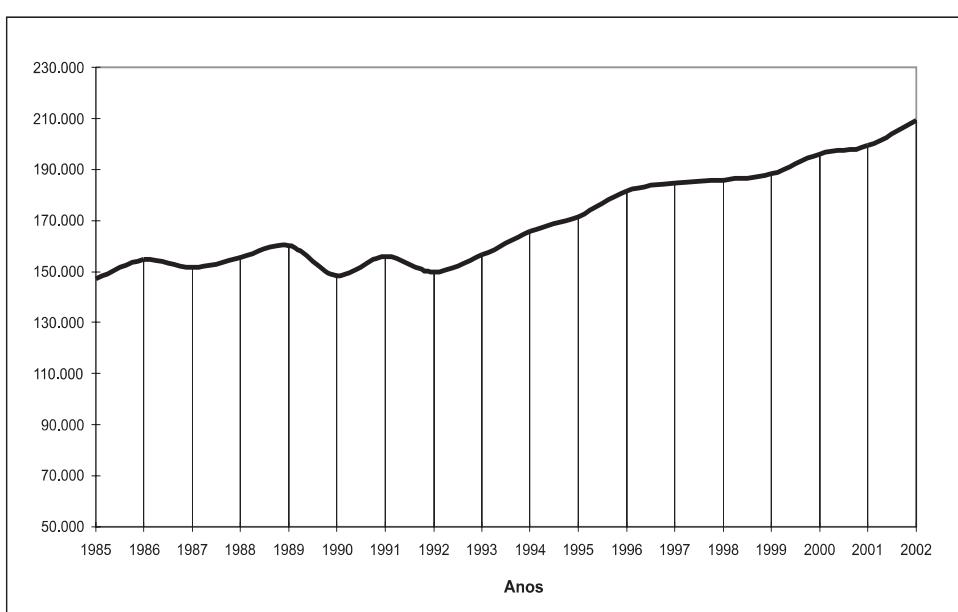


Gráfico 1 – Região Nordeste: produto interno bruto, preços de mercado de 2003 (R\$ milhões)

Fonte: IBGE (2004a). Elaboração própria. Dados expostos na Tabela 1a, ver anexos.

² A preços correntes, este valor do PIB nordestino é equivalente a US\$ 62,3 bilhões. Vale mencionar que quando este trabalho já estava concluído, há algum tempo, o IBGE divulgou as contas regionais relativas ao ano de 2003. Neste ano, o PIB do Nordeste foi estimado, em valores correntes a preços de mercado, no montante de R\$ 214,60 bilhões, equivalendo a US\$ 69,71 bilhões. Nesta circunstância, a participação no PIB brasileiro incrementou-se, mais uma vez, atingindo 13,79%.

cimento (Gráfico 1) no período em foco, a economia nordestina perdeu posição no contexto da economia brasileira, afirmada pelo montante acumulado do seu respetivo crescimento ter sido menor que o do contexto nacional, como referido acima.

Neste sentido, conforme se pode ver no Gráfico 2, temos que a participação do PIB nordestino no PIB brasileiro caiu de 14,1% em 1985 para os referidos 13,5% em 2002. Entretanto, neste ponto, merece destaque o fato de que esta participação, em 2002, é a mais alta desde 1986, quando assumiu o valor de 14,1% e, em 1987, já havia se reduzido para 13,13%. O fato é que, em 2002, comparado a 2001, o crescimento real da economia nordestina foi muito superior ao da economia brasileira como todo, 4,5% contra 1,9%, respectivamente. Esta taxa de crescimento no Nordeste é a mais alta desde 1996, quando atingiu 5,8%.

Ainda mais, a partir das contas regionais publicadas pelo IBGE, pode-se deduzir que, em 2002, com relação a 2001, as atividades que mais contribuíram para este desempenho da economia nordestina, em termos de valor adicionado a preço básico, foram as seguintes: agropecuária (9,97%); eletricidade, gás e água (7,35%);

transporte e armazenagem (4,31%); comunicações (4,81%); outros serviços (5,9%). A indústria extrativa mineral apresentou decréscimo de 2,29% e a da construção, 2,22%, enquanto a indústria de transformação incrementou-se positivamente em apenas 1,69% e o comércio, em 2,18%³.

Portanto, os setores que mais se destacaram são, na realidade, portadores de baixos efeitos de encadeamentos locais de emprego e renda e, no caso do setor agropecuário, sujeitos a grandes oscilações conjunturais.

3 – PRODUTO INTERNO BRUTO EFETIVO E POTENCIAL

Em macroeconomia, costuma-se medir o produto potencial de uma economia, num dado período de tempo, a partir da taxa de crescimento do PIB expressa pela sua curva de tendência estimada. Certamente, existem vários métodos para se estimarem essas curvas de tendência ou de produto potencial. Neste contexto, utilizamos o método de mínimos quadrados ordinários para estimar as curvas de tendências de crescimento dos PIB brasileiro e regional, respectivamente, adotando-se um modelo do tipo $PIB = e^{(\alpha+\beta t)}$, em suas formas

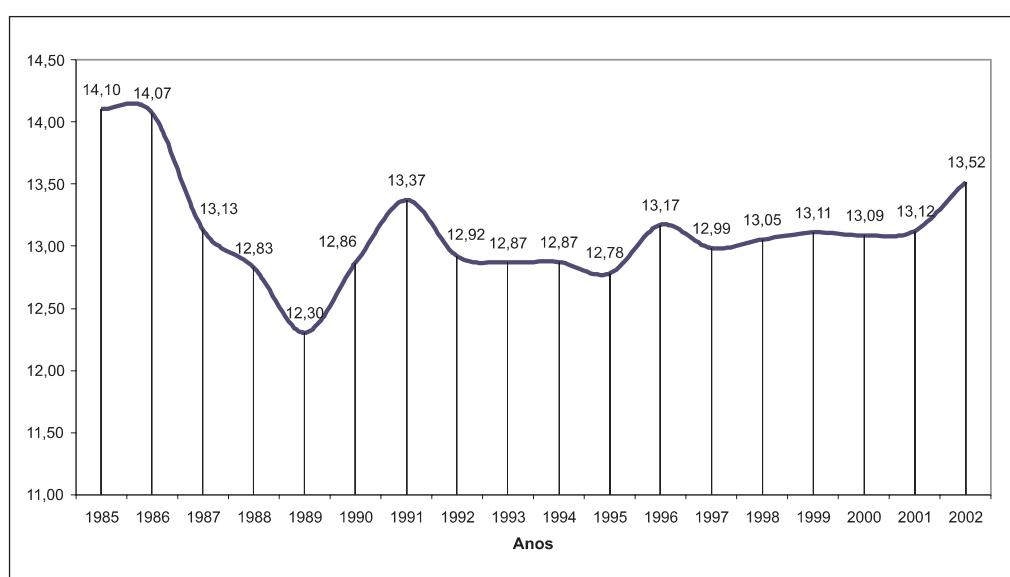


Gráfico 2 – Participação do PIB do Nordeste no PIB brasileiro: 1985-2002 (percentagem)

Fonte: IBGE (2004a). Elaboração própria. Dados expostos na Tabela 1a, ver anexos.

³ Incrementos percentuais deduzidos pelo autor a partir de IBGE (2004a, p. 27-42).

linearizadas, para o período 1985-2002, obtendo-se os seguintes resultados⁴:

| | | | |
|----------------------------|--|------------------------|------------------------------------|
| Brasil: 1985-2002 | $\ln(\text{PIB}_{\text{br}}) = -28,66 + 0,0214t$ | $R^2 = 93,1\%$ | $R^2_{(\text{ajustado})} = 92,6\%$ |
| | (-9,8)* (14,6)* | $F_{(1, 16)} = 214,6*$ | |
| Nordeste: 1985-2002 | $\ln(\text{PIB}_{\text{ne}}) = -27,77 + 0,020t$ | $R^2 = 87,1\%$ | $R^2_{(\text{ajustado})} = 86,3\%$ |
| | (-6,0)* (8,6)* | $F_{(1, 15)} = 107,8*$ | |

As estimativas das curvas de tendências apresentam ótimas aderências aos dados observados, como se pode ver pelas estatísticas de testes, com resultados altamente significativos e altos valores dos respectivos coeficientes de determinações, sendo que o modelo ajustado para o PIB brasileiro se apresenta com maior poder de explicação. Isto se deve, sobretudo, ao fato de que, no período em foco, a variabilidade do PIB regional é maior do que a variabilidade do PIB do Brasil como um todo. Ou

seja, as flutuações da economia no Nordeste foram bem mais expressivas que as apresentadas para a economia brasileira como um todo. Nestes termos, acrescente-se, que a economia nordestina apresentou uma variabilidade dos incrementos anuais do PIB em proporção superior à apresentada pelo total da economia brasileira, confirmada por coeficientes de variação das ordens de grandeza de 169,2% e 115,0%, respectivamente⁵. Não é de mais reforçar que estes altos coeficientes de variação indicam, do mesmo modo, que a economia brasileira, no agregado, e a economia nordestina, no seu contexto específico, exibiram no período em foco uma grande instabilidade dos seus crescimentos médios anuais, sendo bem mais acentuada para a situação da economia nordestina, como ilustra o Gráfico 3.

A partir das curvas de tendências estimadas, deduz-se que a taxa média anual, potencial, de crescimento real da economia nordestina, no período 1985-2002, é de 2,0%

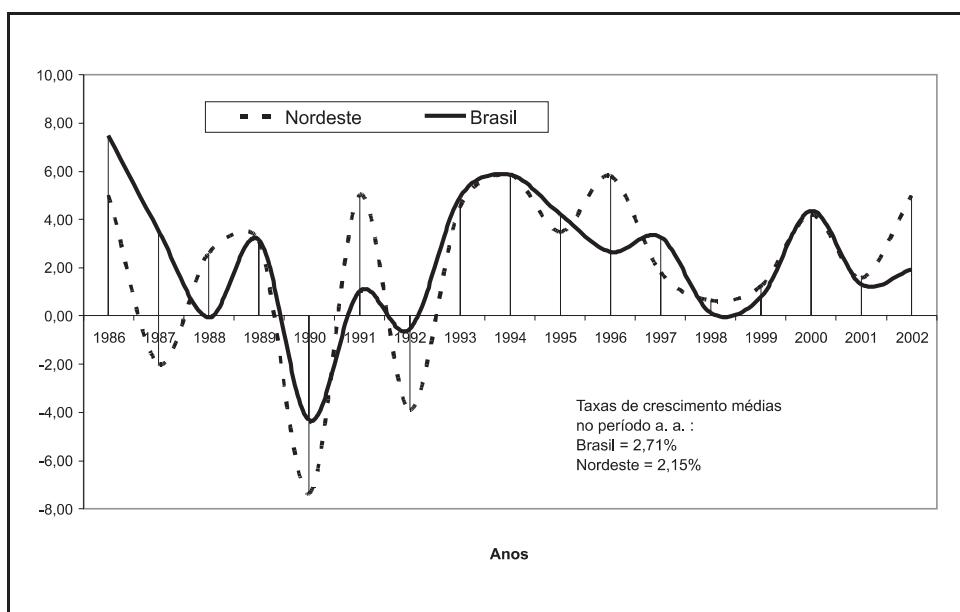


Gráfico 3 – Brasil e Região Nordeste: taxas médias de crescimento anual do PIB a preços constantes de 2003: 1986-2002

Fonte: IBGE (2004a). Elaboração própria. Dados expostos na Tabela 2a, ver anexos.

⁴ Sendo e a base neperiana, $\ln(\text{PIB}_y)$ é o logaritmo natural do PIB do Nordeste ou do Brasil, respectivamente; t é a série de anos cobrindo o período 1985-2002. Os dados utilizados nas estimativas das respectivas equações de tendências estão dispostos na Tabela 1a, anexa. Os números entre parênteses, marcados com *, são as estatísticas t-Student de prova dos respectivos parâmetros estimados do modelo de regressão, significativas no nível de confiança de 95% ou superior; $F_{(n,d)}$ é a estatística F de prova na análise de variância, com n graus de liberdades no numerador e d no denominador, usada no teste do modelo de tendência, e quando marcado com * indica significância estatística no nível de confiança de 95% ou superior; R^2 é o coeficiente de determinação e indica em percentagem o quanto o modelo explica as variações temporais do $\ln(\text{PIB}_y)$.

⁵ Cf. Tabela 2a, anexa.

em contraponto a 2,14% da economia brasileira. Esta diferença, de uma perspectiva estática, não pode ser encarada como estatisticamente significativa. No entanto, no decorrer do tempo, as diferenças em cada período tendem a aumentar. Em outros termos, a razão entre o PIB potencial da região e o do agregado nacional tende a reduzir-se no decorrer do tempo. Este resultado, por um lado, assegura que o desempenho do crescimento da economia nordestina, no período, ocorreu baseado numa capacidade potencial inferior ao respectivo desempenho da economia brasileira como todo e, consequentemente, a região terminou por perder posição relativa no contexto nacional.

Esse desempenho potencial diferenciado, numa perspectiva dinâmica, deve-se aos diferenciais de aprofundamento e alargamento do investimento de capital subsistente entre a região Nordeste e as regiões do país que exercem maiores impactos na formação da taxa de acumulação capitalista nacional, particularmente, a região Sudeste. Um movimento de contratendência somente poderá ocorrer à medida que impulsos programados sistemática e exogenamente sejam aplicados à estrutura produtiva local, inclusive tendo-se em conta os setores de maior capacidade potencial de encadeamentos produtivos locais⁶.

Por outro lado, tem-se que a taxa média observada de crescimento do PIB nordestino foi de 2,15%, que difere estatisticamente da taxa de crescimento potencial estimada pelo modelo de tendência exposto acima, ou seja, na conjuntura em foco, é superior à sua capacidade potencial⁷. Desse modo, pode-se concluir que a *performance* de crescimento observado da economia nordestina ao longo desse período, na média, comportou-se acima do seu potencial esperado, entretanto, exibindo muitas oscilações, sendo que o mesmo resultado pode ser deduzido para a economia brasileira como um todo⁸. Nestes termos, pode-se concluir que, além das muitas oscilações apresentadas pelos respectivos comportamentos dos PIB nacional e re-

⁶ Diante dos últimos excelentes resultados exibidos pelo BNB no tocante a financiamento de investimentos na região legal de sua atuação, tudo leva a crer, no caso de sustentabilidade temporal dessa alavancagem, que a economia nordestina começa a apresentar maiores graus de liberdade quanto ao seu crescimento no médio e longo prazo.

⁷ Informação sobre a taxa média de crescimento constante da Tabela 2a, anexa. Um teste de hipótese, ao nível de confiança de 95%, revela que se pode rejeitar a hipótese de igualdade entre a taxa média observada de crescimento do PIB no período e a estimada pela equação de tendência acima ($t_{(calculado)} = -2,54$ contra $t_{(esperado)} (16 \text{ g.l.}) = -1,75$).

⁸ Diferença estatística significativa ao nível de confiança de 95% (Estatística t calculada igual a -4,69 contra t esperado com 16 g.l. = -1,75).

gional, em particular, no período em análise, evidenciam-se pressões sistemáticas de demanda.

Nesta linha de argumentação, o Gráfico 4 mostra que, no tocante ao agregado da economia brasileira, saída de uma posição, em 1985, em que o PIB efetivo mostra-se inferior ao PIB potencial (ano de subatividade produtiva), no período 1986-89, verifica-se exataamente um comportamento contrário, ou seja, o PIB efetivo é superior ao potencial, revelando um período de crescimento realizado sob pressões sistemáticas de demanda⁹. Note-se que as pressões inflacionárias daí decorrentes induziram a implementação de nada menos que três planos de estabilização econômica – Cruzado (1986), Bresser (1987) e Verão (1989) – todos, como se sabe, malogrados, terminando por culminar na implementação de outro plano de estabilização na mudança de governo, em 1990, o denominado Plano Collor. Quanto ao comportamento da economia na região Nordeste nesse subperíodo, a fase de pressões de demanda difere ligeiramente da economia brasileira como um todo, por se apresentar com um ano de retardamento, pois desdobra-se no período 1985-87 para entrar em fase recessiva já em 1988, prolongando-se, praticamente, até 1995, certamente, com muito menor expressão de ordem numérica que a evidenciada pelo agregado brasileiro. Já para este, a fase de crescimento sob condições de subatividade produtiva desdobra-se no período 1990-94, mudando de sentido a partir daí e, excetuando-se o ano turbulento de 1999, se prorroga até o ano de 2001. Quanto à economia nordestina, a partir de 1996, verifica-se uma fase de crescimento muito mais próxima do crescimento potencial esperado, como se destaca no Gráfico 4.

Em síntese, mesmo observando-se alguns diferenciais de início ou término de fases do desenrolar das atividades econômicas produtivas – recessivas ou expansivas –, a dinâmica geral das atividades econô-

⁹ Neste contexto, por fase de subatividade produtiva, ou recessiva, entende-se o período temporal em que o PIB efetivo difere negativamente do PIB potencial, independente da taxa de crescimento do mesmo ser positiva ou negativa. Ao contrário, por fase de sobreatividade produtiva, ou expansiva, entende-se o período em que o PIB efetivo difere do PIB potencial positivamente. Neste caso, se supõe prevalecerem pressões inflacionárias que podem se revelar simultaneamente ou com alguma defasagem temporal, posteriormente. Teoricamente, para uma dada economia não estacionária, a cada período que se considere isoladamente, pode-se associar uma potencialidade de crescimento esperado, pois este depende da disponibilidade de recursos produtivos e do estado da arte tecnológica naquele período em foco.

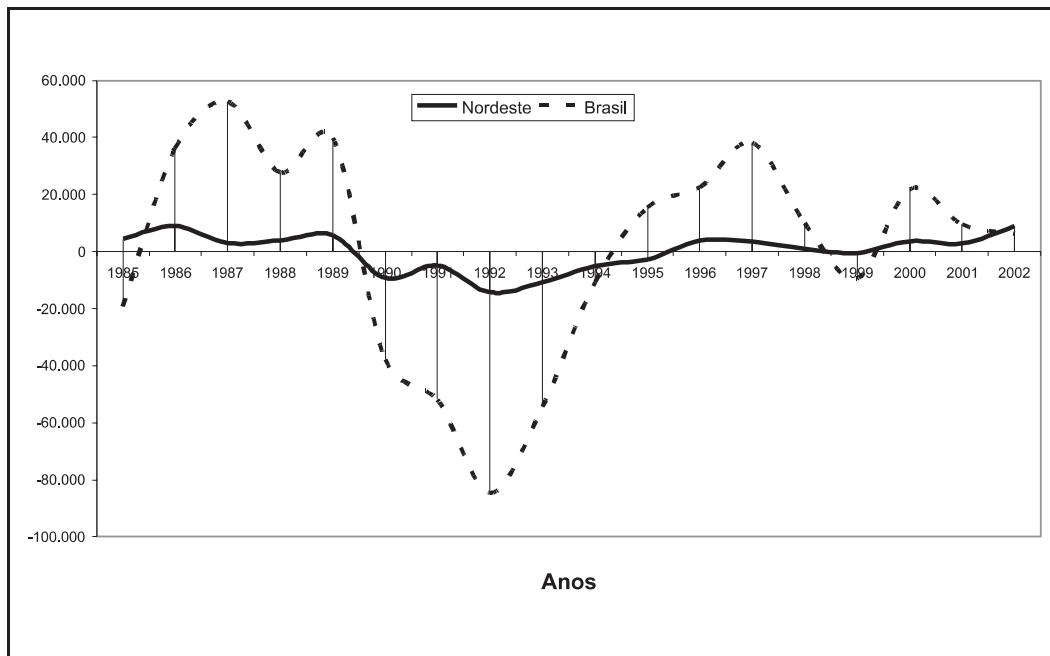


Gráfico 4 – Brasil e Região Nordeste : desvios do PIB observado com relação ao potencial: 1985-2002

Fonte: Desvios calculados com base nas respectivas curvas de tendências

micas no Nordeste, expressada na *performance* do respetivo PIB, guarda grandes similaridades, no geral, em contraponto à dinâmica agregada da economia brasileira, respeitadas as respectivas diferenças de ordens numéricas. Isto é confirmado por um coeficiente de correlação entre os desvios do PIB nordestino e os do Brasil como um todo igual a 0,83, o qual é estatisticamente significativo¹⁰.

Esta similaridade de *performance*, na realidade, indica a forte dependência do movimento econômico regional em relação ao movimento econômico brasileiro em geral. Em outros termos, da grande aderência que as atividades econômicas locais guardam com respeito ao movimento econômico geral, comprovando a existência de uma economia com alto grau de integração inter-regional. Entretanto, tudo leva a crer que existe uma certa defasagem entre o crescimento da economia no resto do país, como sugere o comportamento das taxas de crescimentos expostas no Gráfico 3.

Neste sentido, optou-se por estimar um modelo de regressão polinomial de segundo grau, tomando o PIB nordestino no ano corrente como variável dependente do PIB agregado das demais regiões brasileiras com

defasagem de um ano, no período 1985-2002, a preços constantes de 2003¹¹, resultando em:

$$\text{PIB}_{\text{NE}(t+1)} = 348672 - 0,466 \cdot \text{PIB}_{\text{RP}(t)} + 2,725E7 \cdot \text{PIB}^2_{\text{RP}(t)}$$

$$(2,98)^* \quad (2,22)^* \quad (2,92)^*$$

$$R^2 = 94,7\% \quad F_{(1, 14)} = 124,52^*$$

O modelo apresenta alto significado estatístico e, ademais, explica em cerca de 95% as variações do PIB nordestino, como expresso pelo coeficiente de determinação. Outrossim, considerando-se que para todos valores maiores que zero, os quais têm sentido econômico para a variável explicativa, a função é crescente, de modo que a um crescimento da economia, refletido no PIB agregado das demais regiões do país, num dado ano, segue-se um efeito positivo sobre o crescimento da região Nordeste num ano posterior¹².

¹¹ Modelo estimado com base nos dados da Tabela 1a, anexa. Esta opção se deve a que vários modelos lineares ou linearizáveis mostraram-se significativos, porém, com indicações de autocorrelação serial nos resíduos, o que não acontece com o adotado neste contexto. Observe que $\text{PIB}_{\text{NE}(t+1)}$ e $\text{PIB}_{\text{RP}(t)}$ representam, respectivamente, os PIB do Nordeste e o agregado das demais regiões do país, enquanto, o subíndice t indica o ano compreendido no período 1985-2002.

¹² É possível que essa defasagem possa, inclusive, ser menor que um ano, entretanto, não temos dados estatísticos que possam comprovar esta assertiva de forma direta, uma vez que os PIB regionais são divulgados segundo datação anual.

¹⁰ Estatisticamente significativo no nível de confiança de 95%.

Este resultado não significa que a economia regional potencialmente não retenha algum grau importante de autonomia diante do movimento geral. Em tese, essas possibilidades potenciais intra-regionais são determinadas, regra geral, pelos diferenciais da sua divisão social do trabalho com relação às respectivas divisões sociais do trabalho vigentes nas demais estruturas econômicas regionais, bem como certas vantagens comparativas, ou mesmo competitivas específicas não exploradas devidamente.

Por exemplo, a existência de um banco de desenvolvimento regional (BNB) é um fator positivo do maior significado na alavancagem dos financiamentos necessários ao desenvolvimento econômico, bem como na indicação de setores com maiores vantagens competitivas. Noutro sentido, corrobora também essa potencialidade a existência de microclimas favoráveis a culturas exóticas, como flores, plantas ornamentais, produção orgânica, como o café, dentre outras. A expansão da irrigação sustentável, respeitando o meio ambiente, particularmente, no semi-árido, pode propiciar a expansão de outras culturas nobres com importante vinculação agroindustrial, como no caso da viticultura desenvolvida no Vale do São Francisco, ou seja, no sentido geral, o desenvolvimento da fruticultura, como algumas experiências vêm demonstrando factibilidades econômicas e sociais. Outra janela importante, aberta no atual contexto histórico, é a da produção de biodiesel provindo da mamona, do babaçu etc. Enfim, os maiores graus de liberdade para expansão com maior grau de autonomia da economia regional se encontram fundamentalmente no setor agrícola e não no setor secundário, como vem insistindo a maior parte das ações locais voltadas para o desenvolvimento.

O que se está querendo afirmar, neste contexto, é que o total do movimento econômico nacional não é uma simples soma linear das suas respectivas partes, representadas pelas estruturas econômicas localizadas nos vários espaços geoeconômicos do país, mas, sim, que as partes influenciam o todo, em maior ou menor expressão, e o todo influencia as partes, de forma também diferenciada. Este é o fundamento dialético de uma estrutura econômica integrada cujas partes se distribuem em espaços geoeconômicos diferenciados, no caso presente, as denominadas economias regionais ou locais.

As referidas pressões sistemáticas de demanda na economia brasileira são decorrentes precisamente da

insuficiência de investimentos produtivos observada por toda a década dos 1990, além de uma evidente instabilidade no seu comportamento temporal tendencialmente decrescente com relação ao PIB, como se pode ver no Gráfico 5, através da participação percentual da formação bruta de capital fixo (FBCF) no PIB¹³. Evidencia-se claramente que a proporção da FBCF no PIB esboça um crescimento sustentado no período 1991-94, para, a partir desse último ano, apresentar uma tendência nitidamente decrescente com subciclos na fase de baixa, com amplitude de três anos. Nesses anos em que se verificam as referidas fases de baixas, enquadram-se três importantes fatos econômicos para a economia brasileira:

- a) a crise cambial mexicana, em fins de 1994 e começos de 1995, que repercutiu de forma bastante negativa sobre a economia brasileira, de sorte que o PIB, que havia crescido 4,2% em 1995, reduziu seu crescimento para 2,7% em 1996, por conta do ajuste econômico que foi implementado, inclusive com a taxa de juros Selic tendo alcançado, por determinações do Copom¹⁴, o nível médio em torno de 24,3% a. a. no segundo semestre desse ano, com um pico de 25,4% no mês de setembro;
- b) as crises cambiais ocorridas na Ásia e na Rússia em 1997 e 1998 abalaram ainda mais severamente os fundamentos macroeconômicos da economia brasileira, tendo o governo, no primeiro ano, adotado medidas monetaristas mais restritivas, até utilizando-se da taxa de juros básica como âncora para evitar, por um lado, maior fuga de capitais para o exterior e, por outro, para restringir a demanda interna. Assim, no fim de outubro de 1997 o Copom fixou a taxa Selic em 45,67% a. a., reduzindo-a gradativamente a partir de dezembro, chegando a ser fixada, em fins de julho, em 19,25% a.a.. Com crise da Rússia em agosto de 1998, porém o Copom voltou a incrementá-la, em reunião de 02.09.1998, para 25,49% e, em reunião extraordinária de 10.09.1998, ou seja, uma semana depois, fixou-a em 40,18%, tentando impedir uma grande fuga de capitais, que, entre agosto e setembro, impli-

¹³ A equação de tendência exposta no gráfico foi estimada com base nos dados exibidos na Tabela 3a, anexa.

¹⁴ Comitê de Política Monetária.

cou uma queda das reservas internacionais em nada menos que US\$ 24,00 bilhões. Um mês depois, em 07.10.1998, o Copom voltou a incrementar a taxa Selic para 42,12% a. a., encerrando o ano fixada em 29,21%. Essa redução da taxa Selic somente foi possível graças a um arrefecimento das turbulências financeiras, arrefecimento este influenciado decisivamente pelo acordo de assistência financeira internacional ao Brasil, no valor de US\$ 45,5 bilhões, supervisionado pelo FMI, com vigor a partir de dezembro de 1998¹⁵.

Os ajustes econômicos implementados pelo governo central durante o período 1996-1998, tendo a taxa básica de juros (taxa Selic) como variável de calibragem e alta restrição de liquidez, geraram uma situação inusitada de fragilidade financeira para si próprio, à medida que recomponhou a sua dívida mobiliária em termos pós-fixados quanto aos seus indexadores fundamentais. Neste sentido, em fins de dezembro de 1996, a dívida mobiliária federal somava um total de R\$ 176.211 milhões, do qual 61% tinha índice de correção prefixado, 9,4% com correção cambial, 18,6%

corrigido pela taxa Selic e os 11% restantes vinculados a outras formas de correções pós-fixadas. Em fins de dezembro de 1999, essa dívida já havia se incrementado para R\$ 414.901 milhões, ou seja, proporcionalmente, 135% em contraponto a um aumento acumulado dos preços, medido pelo IGP-DI, em torno de 30%. Mas o pior é que, em termos de seus índices de correção, tinha-se o seguinte perfil: 9,2%, prefixados; 61,1%, corrigidos pela taxa Selic; 24,2%, pela variação cambial; e os restantes 5,5% com outras formas de correção pós-fixada. Ou seja, em apenas três anos o governo transformou o perfil de correção da sua dívida mobiliária de predominantemente prefixada para predominantemente pós-fixada, e não somente isso, mas com 85,3% do seu montante indexados pelas duas principais variáveis âncoras da política monetária, a taxa Selic e a taxa de câmbio.

Por conta disso, o Governo Fernando Henrique Cardoso encerrou o seu mandato, em 2002, com um legado para o Governo Luís Inácio Lula da Silva de uma dívida mobiliária orçada em nada menos que R\$ 623.191 milhões, da qual apenas 2,2% tinha correção prefixada, 22,4% sujeita a correção cambial, 60,8% prefixada à taxa

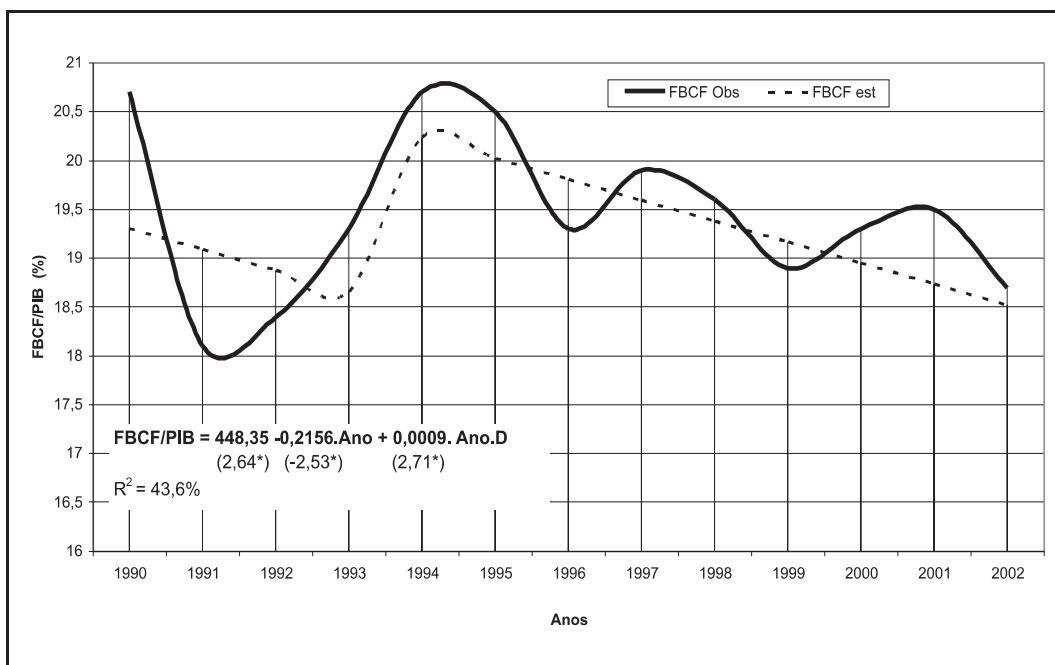


Gráfico 5 – Brasil: formação bruta de capital fixo efetiva e tendência estimada como proporção do PIB a preços correntes

Fonte: BACEN (2004). Dados expostos na Tabela 3a, ver anexos. Curva de tendência estimada com base nos mesmos dados.

¹⁵ As informações citadas neste contexto foram extraídas de publicações específicas do Banco Central (BACEN, 2004).

Selic e os 14,6% restantes sujeitos a outras formas de prefixação. E mais: uma taxa média de inflação de 18,92% com ameaças de crescimento, quando, no ano anterior, se resgistrara 9,33%¹⁶.

O novo governo, instalado em 2003, teve de enfrentar, de saída, essas condições negativas, inclusive, com ameaça de recrudescimento inflacionário e, similarmente ao anterior, apelou para políticas de restrição fiscal e monetária, que contribuíram para conter o crescimento da economia, tendo como resultado um incremento praticamente nulo do PIB, em 2003, de 0,5% com relação ao ano anterior. Pela ótica das despesas, em termos reais, esse reduzido crescimento do PIB, em 2003, foi influenciado pela redução do consumo das famílias (-1,4%), como decorrência da queda de rendimentos reais que, aliás, vem se processando desde 1998 – associada a altas taxas de desemprego e subemprego da força de trabalho – e da FBCF (-5,13%), principalmente no item construção, cuja participação no total reduziu-se de 59,8% em 2002 para 56,4% (IBGE, 2005). Neste último sentido, é bom frisar que os investimentos governamentais têm um papel fundamental na expansão da FBCF no segmento de construção, de modo que as retrações de gastos governamentais no setor afetam de modo significativo a taxa de investimento da economia em geral.

Em síntese, a situação de fragilidade financeira a que se impôs o governo federal, a partir de 1996, com o objetivo de enfrentar os distúrbios financeiros internacionais propagados internamente, passou a ter um papel negativo importante no crescimento da economia à medida que, diante da necessidade acordada com o FMI de gerar altos superávits primários para fazer face aos encargos crescentes da dívida, inviabiliza em boa expressão os gastos em investimentos, principalmente em infraestrutura. Portanto, a tendência de decréscimos da participação da FBCF no PIB se deve em grande medida a essas restrições de gastos em investimentos do governo em geral e, mais particularmente, do governo federal.

Voltando ao ponto inicial, entretanto, uma observação mais acurada dos Gráficos 1, 2 e 3 indica, em primeiro lugar, que, a partir de 1992, tanto o PIB brasileiro total quanto o PIB nordestino, em particular, apresentam inflexões positivas nas suas respectivas trajetórias de cresci-

mentos, indicando possibilidades de incrementos de declividades das respectivas curvas de crescimento. Isto, em parte, se explica pela retomada do crescimento econômico brasileiro a partir de 1992, inclusive nas suas localizações regionais, em contraponto ao período de recessão econômica vivido nos anos 1980, a denominada “década perdida”. Em segundo, a partir de 1992, conforme se pode ver no Gráfico 3, a economia nordestina passa a exibir um perfil de crescimento mais próximo do perfil de crescimento da economia brasileira como um todo, ao contrário do ocorrido no período 1985-92.

Objetivando verificar em que medida ocorreram essas mudanças no perfil do crescimento dos PIB do Brasil e do Nordeste em particular, foram reestimadas as respectivas curvas de tendências, considerando o subperíodo 1992-2002, resultando o seguinte:

| | | | |
|----------------------------|--|------------------------|-------------------------------------|
| Brasil: 1992-2002 | $\ln(\text{PIB}_{\text{br}}) = -39,48 + 0,0268t$ | $R^2 = 93,99\%$ | $R^2_{(\text{ajustado})} = 93,33\%$ |
| | (-10,2)* (13,3)* | $F_{(1,8)} = 140,84^*$ | |
| Nordeste: 1992-2002 | $\ln(\text{PIB}_{\text{ne}}) = -48,69 + 0,0304t$ | $R^2 = 95,8\%$ | $R^2_{(\text{ajustado})} = 95,4\%$ |
| | (-11,5)* (14,4)* | $F_{(1,9)} = 207,14^*$ | |

Os resultados obtidos confirmam a hipótese de inflexões positivas das respectivas curvas de tendências caracterizadas por:

- redução da variabilidade temporal do PIB brasileiro e nordestino, em particular, com incrementos sensíveis dos coeficientes de determinações ajustados, os quais passam, no caso do PIB brasileiro, de 92,6%, no período 1985-2002, para 93,3%, no período 1992-2002, e, no caso do PIB nordestino, de 86,3% para 95,4%, incremento este, como se vê, bem mais expressivo;
- quanto às estimativa das respectivas taxas de crescimento médias anuais esperadas, as mudanças são muito evidentes. Para o caso do PIB brasileiro, constata-se um incremento de 2,14% a.a., no período 1985-2002, para 2,68% a.a., no subperíodo 1992-2002; para o PIB nordestino, em particular, este incremento é de 2,0% a.a. para 3,04% a.a..

Deste modo, pode-se concluir que a região expressou uma capacidade potencial de crescimento relativo

¹⁶ BACEN (2004).

superior à da economia brasileira como um todo neste último subperíodo, ao contrário do que se observa no período completo 1985-2001, mesmo se observando um hiato do produto razoável em ambos os casos. Isto se explica, em parte, pelo seguinte:

- as crises financeiras que se abateram sobre a economia brasileira, por efeitos de contágios, em 1995-96 e 1997-98, já discutidas acima, foram mais danosas relativamente sobre as estruturas econômicas mais diversificadas, como no caso do Sudeste do país. De fato, a taxa de crescimento real do PIB da região Sudeste em 1996, com relação a 1995, foi de 1,53%, enquanto a do Nordeste foi de 5,80%; em 1998, com relação a 1997, essa taxa do Sudeste foi de -0,57% e a respectiva do Nordeste foi de 0,65%. Não há como negar que o impacto do crescimento da economia da região Sudeste sobre o crescimento agregado da economia brasileira, em geral, é muito importante, pois essa região, em termos de PIB, representa quase 60% do PIB nacional;
- os anos 1990 no Nordeste, especialmente a partir da sua metade, marcam uma conjuntura histórica em que os gastos de vários governos esta-

duais, de forma direta, em infra-estrutura, especialmente através de empréstimos internacionais, foram de grande expressão, assim como indiretamente, na forma de incentivos fiscais locais, visando à atração e implantação de empresas, no contexto do que é conhecido como “guerra fiscal”. Assim, é de esperar que tenha havido uma indução positiva sobre o crescimento econômico regional, atenuando a queda de participação da economia regional no agregado nacional, como será visto adiante, muito embora não se tenha ainda uma avaliação mais consistente dos efeitos positivos desses investimentos recentes.

4 – CRESCIMENTO DO PIB E CAPACIDADE DE GERAÇÃO DE EMPREGO NOS ANOS 1990

Uma das questões cruciais vividas na economia brasileira nos últimos anos tem sido o crescimento sistemático da taxa de desemprego aberto a par com uma precarização das condições gerais de trabalho, refletida, em grande medida, na expansão do trabalho informal, e queda dos rendimentos reais, particularmente nos grandes centros urbanos. Vários são os fatores que têm influenciado este comportamento do mercado de trabalho. No entanto, dois deles podem ser enumerados como os mais

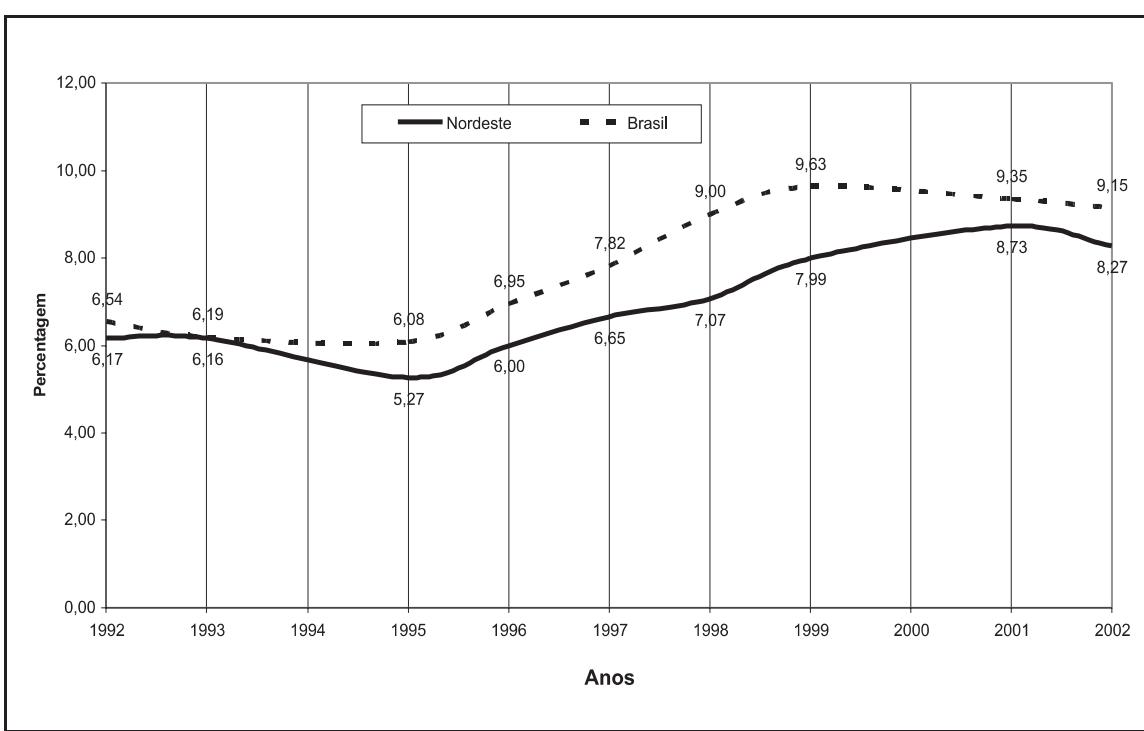


Gráfico 6 – Brasil e Região Nordeste: taxas de desocupação das pessoas de 10 anos ou mais

Fonte: IBGE (2004b). Dados expostos nas Tabelas 4a e 5a, ver anexos.

importantes, quais sejam: transformações tecnológicas poupadoras de mão-de-obra ocorridas nos vários setores econômicos e o reduzido crescimento da economia como todo.

Neste contexto, uma comparação descritiva entre a economia nordestina e a economia brasileira como um todo, respeitante ao problema do desemprego aberto, está exposta no Gráfico 6. Constatase que, em primeiro lugar, regra geral, as taxas de desocupação, ou de desemprego aberto, na região situaram-se numericamente abaixo das evidenciadas pela economia brasileira durante o período em foco.

Em segundo lugar, e que, em certo sentido, é mais importante, tanto para o Brasil no agregado como para a região Nordeste, em particular, evidenciam-se nítidas tendências crescentes das respectivas taxas de desemprego aberto, mostrando apenas uma certa redução em 2001 e 2002 para a economia brasileira e, em 2002, para a economia nordestina. Estes diferenciais favoráveis à economia nordestina se explicam de certa maneira pelo fato de que, por um lado, as transformações tecnológicas recentes ocorridas no Brasil foram menos aprofundadas no Nordeste, se comparadas com o contexto nacional no seu todo, desde que este é, sobremaneira, influenciado pelas estruturas produtivas localizadas nas regiões Su-

deste e Sul, que apresentam bem maior aprofundamento e alargamento do investimento e, consequentemente, bem maiores diversificações das suas particulares divisões sociais e técnicas do trabalho.

Por outro lado, em termos absolutos, no Nordeste, em 1992, de acordo com as respectivas PNAD, cerca de 1,22 milhão de pessoas de 10 anos e mais foram classificadas como pessoas desocupadas procurando trabalho; em 2002, este número atingiu a expressiva cifra de 1,92 milhão. Entretanto, a participação desse número de desempregados na região Nordeste como proporção do total de desempregados no país, em 1992, era de 26,7%, reduzindo-se para 24,4% em 2002. Ou seja, ocorreu uma melhoria da posição relativa da região em nível nacional sem, no entanto, deixar de se ter em conta que a posição em si mesma é bastante grave, afora as condições de subempregos que, na região Nordeste, são bem mais críticas, se comparadas às vigentes nas regiões Sudeste e Sul.

Cabe destaque especial, neste contexto, ao sensível incremento da procura por trabalho das pessoas ocupadas, ou seja, que estavam exercendo alguma atividade de trabalho na semana de referência da pesquisa, como pode ser visto no Gráfico 7, inclusive evidenciando que, na região Nordeste, partindo de uma proporção de

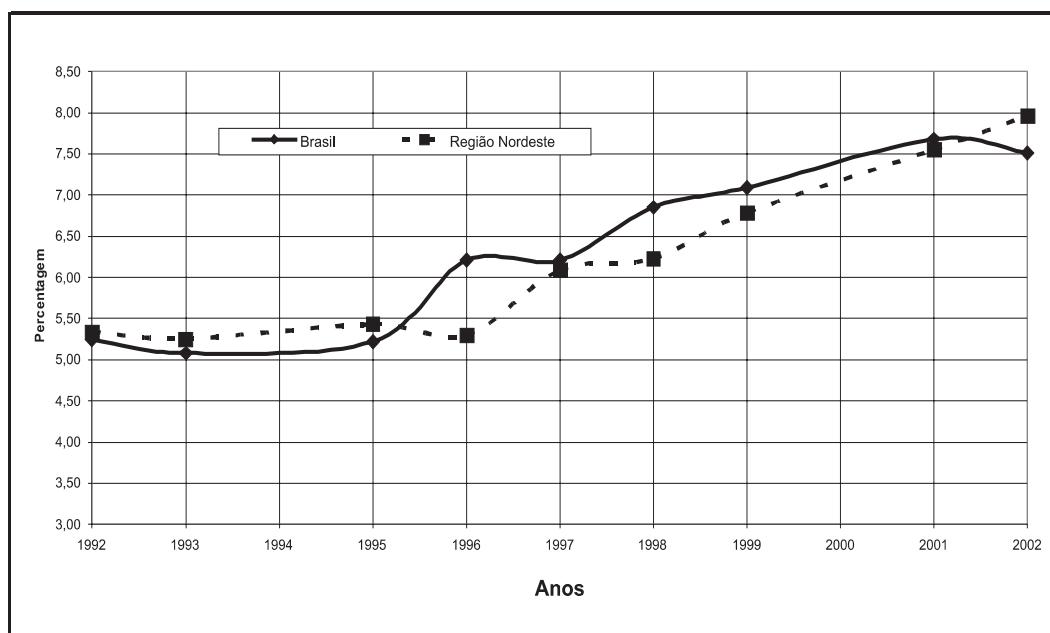


Gráfico 7 – Brasil e Região Nordeste: procura por trabalho das pessoas de 10 anos e mais ocupadas na semana de referência, como proporção da população economicamente ativa

Fonte: IBGE (2004b). Dados expostos nas Tabelas 4a e 5a, ver anexos.

5,34% em 1992, incrementou-se sistematicamente até atingir 7,96% em 2002, com pouca diferença para a respectiva taxa de desemprego aberto.

Para o Brasil, no agregado, o comportamento dessa taxa é muito similar, destacando-se, porém, que, no período 1992-1995, a referida taxa se apresentou ligeiramente inferior à apresentada pela região Nordeste, ocorrendo o contrário no período 1996-2001, para novamente ser inferior no ano de 2002. Certamente, este movimento ascendente de pessoas ocupadas, como proporção da população economicamente ativa, procurando mudar de atividade de trabalho em expressões numéricas aproximadas às taxas de desemprego aberto revela, de certo modo, uma consequência da crescente deterioração das condições gerais das atividades de trabalho tanto para a economia brasileira como um todo quanto nas suas localizações regionais.

O fato é que a pressão da demanda proporcionalmente crescente por postos de trabalho no Brasil e na região Nordeste em particular revela-se tanto por parte de pessoas que estão desempregadas, ou desocupadas

no sentido geral, quanto por aquelas que estão exercendo atividades produtivas, mas que não estão satisfeitas com elas, devido às condições de trabalho precárias, de subutilização, ou mesmo dos rendimentos percebidos. O Gráfico 8 revela claramente que a pressão de demanda por postos de trabalho¹⁷ evoluiu crescentemente no período 1992-2002, atingindo neste último ano a marca de 16,7% na economia brasileira como um todo e 16,2% na economia do Nordeste em particular.

Os Gráficos 9 e 10, por seu turno, evidenciam de modo irrefutável, em primeiro lugar, a tendência decrescente do rendimento médio real das pessoas de dez anos e mais, a partir de 1997, tanto para o Brasil, no agregado, como para a região Nordeste em particular. Isto, quando havia apresentado tendência de crescimento no período 1993-96. As políticas de estabilização econômica implementadas a partir de 1996, como já foram referidas antes, tanto contribuíram efetivamente para incrementar o nível de desemprego aberto e subemprego quanto para deprimir os níveis de rendimentos reais. Os decréscimos dos rendimentos reais a par com a queda da taxa de investimentos da economia constituíram-se nas fontes principais de promoção de efei-

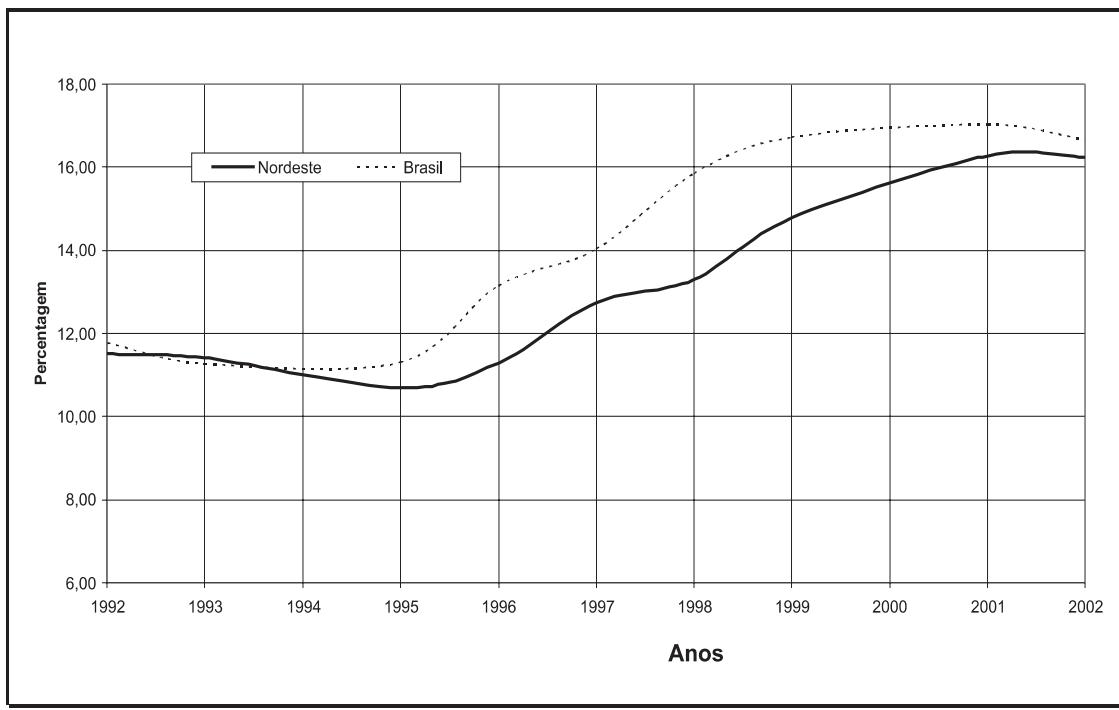


Gráfico 8 – Brasil e Região Nordeste: proporção das PEA do total de pessoas de 10 anos ou mais que procuraram trabalho: (ocupadas + desocupadas) na semana de referência

Fonte: IBGE (2004b). Dados expostos nas Tabelas 4a e 5a, ver anexos.

¹⁷ Neste contexto, subentendida como a proporção conjunta de pessoas de dez anos e mais, ocupadas e desocupadas, procurando trabalho, em relação à população economicamente ativa.

tos negativos sobre a expansão da demanda efetiva nos níveis nacional e regional, o que, sem dúvidas, implicou aumento sistemático do desemprego aberto, bem como do subemprego e da pressão sobre o mercado de trabalho em geral.

Em segundo lugar, deve ser acrescentado que uma comparação dos rendimentos médios da região Nordeste com relação aos respectivos rendimentos no nível nacional, conforme mostra o Gráfico 10, não apresenta, no período em foco, uma tendência significativa de melhoria, ou seja, de convergência do valor do rendimento médio regional para o valor do rendimento médio nacional. As duas curvas apresentam em suas trajetórias temporais formatos muito assemelhados, indicando também, por este prisma, a forte aderência da economia regional ao agregado nacional.

De outra perspectiva, o quociente do rendimento médio mensal das pessoas de 10 anos e mais dessa região, com relação ao seu similar nacional, como pode

ser visto no Gráfico 11, apresenta um comportamento muito instável. Assim, no período 1992-96, essa relação exibe um comportamento francamente aleatório e, no período seguinte, 1997-2002, apresenta tendência crescente. Entretanto, esse último período exibe uma convergência dos respectivos rendimentos às avessas, evidenciando, na realidade, que os decréscimos experimentados pelo rendimento médio na região Nordeste nesse último período foram menores que os respectivos decréscimos para o agregado brasileiro¹⁸. Em síntese, pode-se concluir que, durante o período 1992-2002, especialmente a partir de 1996, as condições gerais de trabalho e rendimentos pessoais no Brasil e na região Nordeste em particular deterioraram-se de forma significativa e este fato está intimamente relacionado aos efeitos negativos das referidas políticas de ajustamentos econômicos.

É de interesse, neste ponto, verificar em qual medida o desempenho efetivo do crescimento da economia brasileira e da região Nordeste, em particular, no período analisado, afetou as variações das respectivas

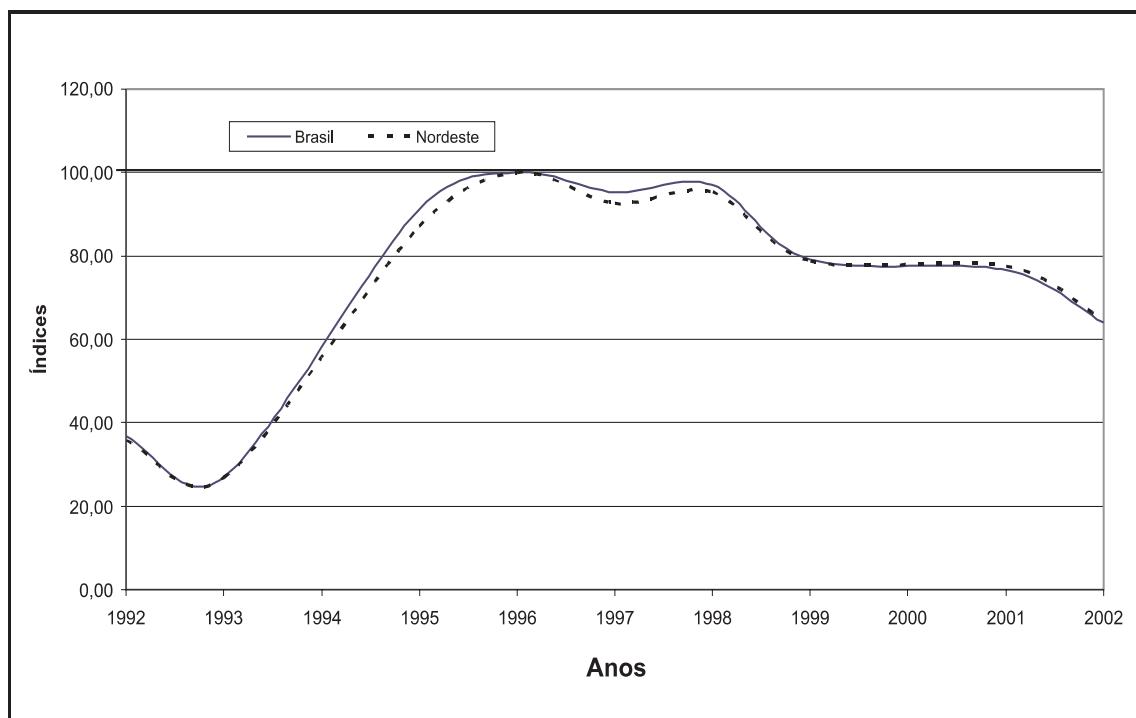


Gráfico 9 – Brasil e Região Nordeste: índice do rendimento médio mensal das pessoas com 10 anos e mais de idade, com rendimentos, preços constantes de 2002 (1996 = 100)

Fonte: IBGE (2004b). Dados expostos na Tabela 6a, ver anexos.

¹⁸ Para testar a hipótese estatística de aleatoriedade da série de razões expostas no gráfico (tendência estacionária), cobrindo o período 1992-2002, utilizou-se um teste de Box-Pierce, com base nas três primeiras autocorrelações, cujo resultado é que não se pode rejeitar a hipótese de aleatoriedade para qualquer nível de confiança acima de 90%.

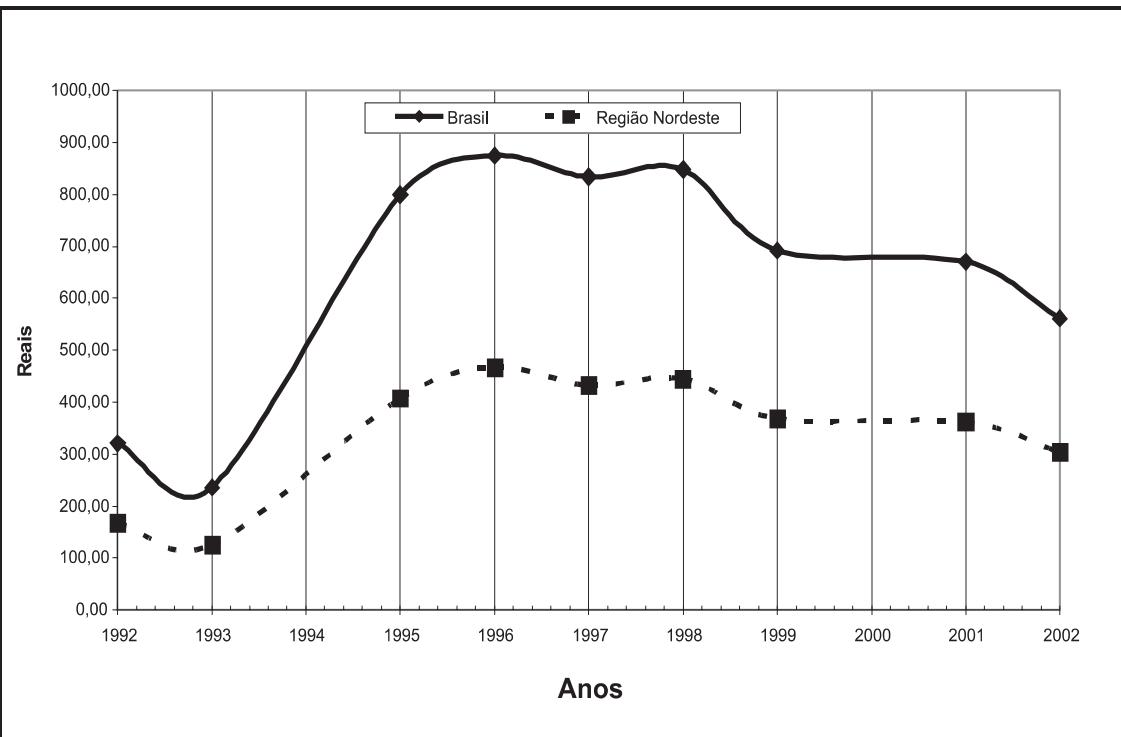


Gráfico 10 – Brasil: rendimento médio mensal das pessoas de dez anos e mais ocupadas na semana de referência (R\$ 1,00 de 2002)

Fonte: IBGE (2004b). Dados expostos na Tabela 6a, ver anexos.

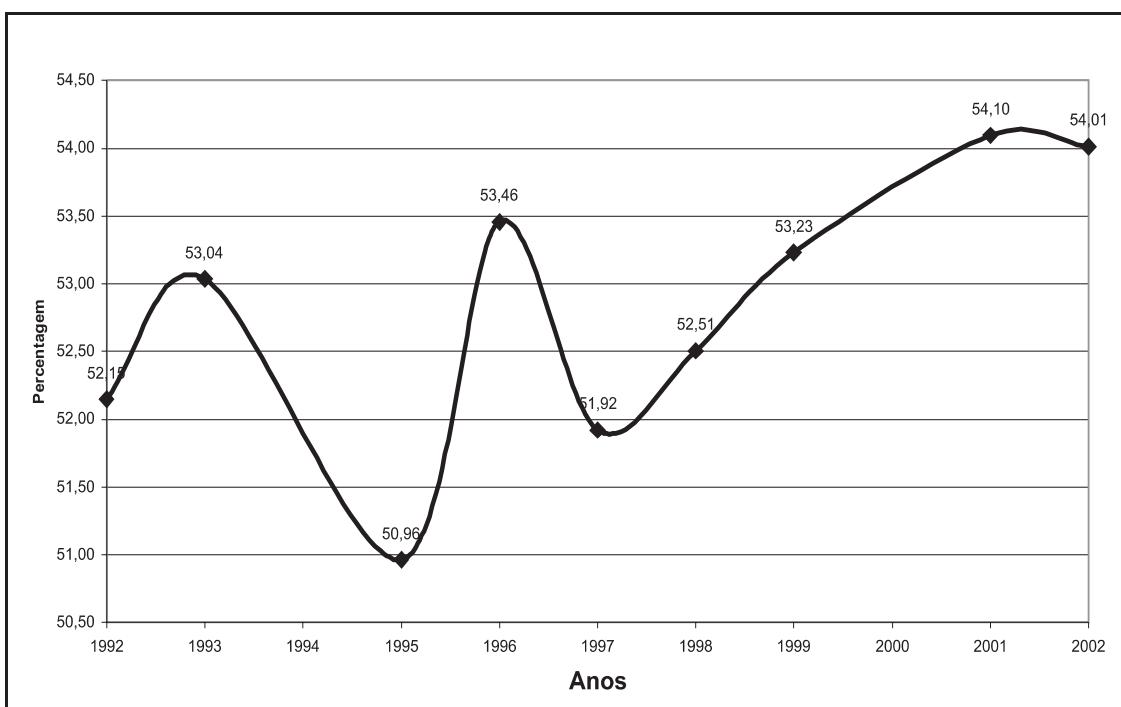


Gráfico 11 – Proporção do rendimento médio das pessoas de 10 anos e mais na região Nordeste com relação ao seu similar para o Brasil como um todo

Fonte: IBGE (2004b). Dados expostos na Tabela 6a, ver anexos.

taxas de desemprego. A idéia é que se possa estabelecer certa “taxa mínima” de crescimento anual do PIB, cuja sustentabilidade, sem mudanças técnicas significativas, não incrementaria, na média, a taxa anual de desemprego aberto. Para isto, com base nos dados expostos nas Tabelas 7 e 8 anexas, foram estimados dois modelos econôméticos para o Brasil e região Nordeste, respectivamente, que relacionam as variações anuais relativas das atinentes taxas de desemprego aberto ($\Delta Td/Td$) como função das específicas variações anuais do PIB real ($\Delta PIB/PIB$).

Nas estimativas dos respectivos modelos, optou-se por se utilizar como variável *proxis* da taxa de desemprego aberto o indicador pertinente derivado da Pesquisa Mensal de Emprego referente ao período 1990-2001, calculado pelo IBGE, aqui considerado na forma de média anual. Para o caso do Brasil, considerou-se a taxa de desocupação estimada para o conjunto agregado das regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Para o Nordeste, foi utilizada a taxa agregada das regiões metropolitanas de Recife e Salvador, considerando-se que a mencionada pesquisa do IBGE se atém apenas a essas duas áreas¹⁹. Deste modo, tem-se como suposto que as taxas de desemprego aberto, na média, para o conjunto dessas seis regiões metropolitanas é um indicador satisfatório para taxa de desemprego aberto no Brasil, em termos agregados, assim como a taxa média agregada das regiões metropolitanas de Recife e Salvador satisfazem essa condição para a região Nordeste.

A hipótese a ser verificada é a de que as variações proporcionais da taxa de desemprego aberto ($\Delta Td/Td$) variem inversamente com as respectivas variações anuais do PIB real ($\Delta PIB/PIB$). Ou melhor, quanto maior seja o incremento anual PIB menor deve ser a variação anual da taxa de desemprego aberto. Os cálculos realiza-

dos neste sentido resultaram nos seguintes modelos estimados²⁰:

| | | | |
|----------------------------|--|----------------|-------------------------|
| Brasil: 1991-2001 | $(\Delta Td/Td) = 20,17 - 5,49 (\Delta PIB/PIB)$ | $R^2 = 54,2\%$ | $F_{(1, 9)} = 10,7^*$ |
| | (3,57)* (-3,26)* | | |
| Nordeste: 1991-2001 | $(\Delta Td/Td) = 22,15 - 5,72 (\Delta PIB/PIB)$ | $R^2 = 72,1\%$ | $F_{(1, 9)} = 23,135^*$ |
| | (4,70)* (-4,83)* | | |

De saída, constata-se que os dois modelos são estatisticamente significativos, inclusive no que diz respeito a cada estimativa dos respectivos parâmetros das equações lineares consideradas. Por outro lado, os sinais dos coeficientes estimados das respectivas regressões, por serem negativos, satisfazem a hipótese de que as variações anuais da taxa de desemprego aberto, tanto para o Brasil como para a região Nordeste especificamente correlacionam-se inversamente com as devidas variações anuais do PIB. Ademais, verifica-se que cada modelo estimado explica satisfatoriamente as variações das taxas de desemprego, como se pode ver através dos coeficientes de determinação R^2 , sendo que, para a região Nordeste, esta explicação é bem mais significativa, 72,1%, em contraposição a 54,2% para o Brasil.

Assim, para a região Nordeste, apenas cerca de 28% das variações da taxa de desemprego são explicadas por outros fatores que não a expansão da demanda efetiva como, por exemplo, introdução tecnológica, redução da emigração inter-regional e incremento da entrada das mulheres no mercado de trabalho. Para o Brasil, restam cerca de 46% das variações da taxa de desemprego não explicadas pelas variações do PIB. Isto, na realidade, significa dizer que aqueles outros fatores acima aludidos assumem, comparativamente, bem maior importância que na região Nordeste, pois, como já se argumentou anteriormente, a dinâmica econômica brasileira, quando vista no agregado, é mais predominantemente afetada pela dinâmica econômica que se realiza nas regiões Sudeste e Sul, devido às suas mais complexas e extensas divi-

¹⁹ A opção de se utilizarem nesta simulação as estatísticas da PME ao invés das obtidas nas PNAD, como se vinha fazendo, deve-se, em primeiro lugar, ao fato de que há uma descontinuidade temporal das PNAD para os anos de 1994 e 2000, enquanto não acontece isto com a PME, a qual dispõe dos dados a partir de 1990 para o conjunto das regiões metropolitanas no Brasil. Segundo, na atualidade, as informações de desemprego provindas da PME estão sendo utilizadas oficialmente como indicadoras conjunturais do mercado de trabalho no país. Informações metodológicas sobre a PNAD e PME podem ser consultadas on-line em www.ibge.gov.br.

²⁰ Os dados utilizados na estimação dos respectivos modelos constam nas Tabelas 7a e 8a em Tabelas Anexas. Ressalte-se, como nos modelos anteriores, que as estatísticas de provas marcadas com asteriscos são significativas no nível de confiança de 95%, aceitando-se as hipóteses de que os respectivos coeficientes de regressão são diferentes de zero ou, no caso da estatística F, de que o modelo é estatisticamente válido para representar a relação estabelecida entre as variáveis.

sões sociais e técnicas do trabalho. De outro modo, quer-se dizer que a elasticidade produto-emprego é relativamente superior na região Nordeste, se comparada às regiões Sudeste e Sul do país. De modo que os efeitos positivos sobre o nível de emprego na região Nordeste, decorrentes de choques positivos de demandas, devidos a incrementos proporcionalmente equivalentes das respectivas taxas de investimentos, regra geral, são superiores aos observados nas regiões Sudeste e Sul e, consequentemente, no agregado nacional.

Por fim, baseado nos modelos acima, cabe estimar qual deve ser a taxa mínima de incremento anual do PIB, tanto para o Brasil como para a região Nordeste, em particular, que torna o incremento anual da taxa de desemprego aberto nula. Ou seja, valores superiores a essa taxa crítica reduziriam, em média, a taxa de desemprego aberto; caso contrário, taxas de crescimento anual do PIB inferiores àquela incrementariam anualmente a taxa de desemprego aberto. Portanto, simulações nos modelos acima fazendo ($\Delta Td/Td$) = 0 para o caso do Brasil e da região Nordeste, respectivamente, ter-se-á que:

- a) a taxa requerida de incremento do PIB para o Brasil é igual a 3,67% ao ano;
- b) para a região Nordeste, é igual a 3,87%.

Agora, se essas taxas mínimas requeridas de crescimento anual do PIB real forem comparadas com as taxas potenciais obtidas nas curvas de tendências estimadas para o período 1992-2002 – que são, respectivamente: Brasil, 2,68% a.a. e região Nordeste, 3,04% a.a. –, vê-se, assim, que as diferenças a menor são significativas. Bem como, se contrastadas com as taxas médias efetivas, que foram, nessa ordem: 2,94% a.a. e 3,41% para o Brasil e Nordeste, em particular. Nestes termos, não há como obscurecer o fato de que, mesmo se o agregado da economia brasileira tivesse crescido àquela taxa potencial, fatalmente haveria incremento das taxas de desemprego na economia, ou seja, o hiato do produto seria bem superior ao observado. Isto se explica, fundamentalmente, pelas reduções observadas, no período em foco, das taxas de investimento co-adjuvadas pelas reconhecidas inserções tecnológicas poupadoras de mão-de-obra levadas a cabo. Para a região Nordeste, o mesmo se pode dizer, certamente, numa proporção menor que a observada para a economia brasileira como um todo, devido àquela aludida relação técnica de menor aprofundamento do investimento de capital na re-

gião em comparação com o agregado nacional, o qual é influenciado de modo significativo pela estrutura produtiva da região Sudeste.

5 – PROPOSIÇÃO DE UMA LINHA ESTRATÉGICA PARA A SUPERAÇÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO REGIONAL

Pode-se deduzir do acima exposto que expansões do PIB nordestino em níveis mais adequados, especialmente, tendo-se em conta obter um certo descolamento do crescimento do agregado econômico nacional, dependem, em primeira instância, da expansão dos gastos governamentais na formação bruta de capital fixo na região, inclusive na forma de incentivos fiscais induzindo o investimento privado em setores que apresentem vantagens comparativas e competitivas, como mencionado antes. Pois, como este autor já demonstrou noutro trabalho (FERREIRA, 1997), a expansão do investimento privado na região e, consequentemente, a expansão do PIB regional e do seu nível geral de emprego dependem fundamentalmente dos choques positivos de demanda provocados pelos gastos governamentais, no sentido acima referido.

Deve-se ter em mente que o processo de desenvolvimento de uma determinada região requer, no seu interior, transformações estruturais importantes do ponto de vista socioeconômico. Porém, tem como pré-requisito a necessidade de ações voltadas para o planejamento do investimento produtivo, inclusive, não somente na sua expressão quantitativa, mas também qualitativa, seja do ponto de vista da sua capacidade de internalizar efeitos de encadeamentos competitivos, seja de sustentabilidade ambiental.

Neste sentido, preconiza-se uma estratégia cujas linhas de ação se fundamentam no seguinte.²¹

Deve-se buscar um novo estilo de desenvolvimento para o Nordeste, que combine de modo eficiente e eficaz os recursos ociosos preexistentes internamente e a agricultura. neste caso, terá o papel fundamental. Estamos nos apoiando, sem dúvida, na tese clássica de Schumpeter (1982, p. 50) de que (...) o desenvolvimento consiste primeiramente em empregar recursos diferentes de uma maneira diferente, em fazer coisas novas com eles, inde-

²¹ Esta linha estratégica aqui esboçada foi discutida com maiores detalhes em Ferreira (1999, p. 6-22).

pendentemente de que aqueles recursos cresçam ou não." E, no contexto de um novo estilo de desenvolvimento nacional, para a situação específica do Nordeste, reforça-se a dedução de Kalecki (1988, p. 27) de que se torna "(...) necessário planejar não apenas o volume, mas a própria estrutura do investimento".

Dados os pressupostos acima, propõem-se dois níveis de ações concomitantes:

- a) ações de natureza político-institucional, dotando o Estado de instrumentos efetivos de planejamento;
- b) ações de natureza econômica, visando romper com os obstáculos estruturais, nos níveis nacional e regional, que condicionam o regime de acumulação prevalecente.

Não é demais ressaltar que, na ausência de uma reestruturação profunda do aparelho de Estado, nos seus vários níveis político-administrativos e de esferas de decisão, torna-se impossível obter-se qualquer eficácia significativa num processo de planejamento que objetive alcançar um estado de bem-estar social. Isto, porque, o Estado brasileiro é reconhecidamente ineficiente e redundante em suas funções essenciais de regulação e controle, ademais de ser tipicamente protecionista (*cartorial*, para usar um termo da expressão popular) de certos grupos de interesses privados. Além disso, desde os anos 1980, suas ações intervencionistas têm-se voltado sobretudo para políticas conjunturais, de curto prazo, com focos voltados ora para o combate à inflação, ora para atenuar situações críticas diante das recorrentes crises financeiras e, neste processo, terminou por esvaziar as instâncias de planejamento de longo prazo que se haviam construído a partir dos anos 1950. Desse modo, a sua capacidade de legitimidade fica restringida pelo modo francamente parcial de conciliar os interesses sociais em pugna. Por legitimidade, vale ressaltar, entende-se aqui o sentido dado por Habermas (1983, p. 219), ou seja, "a capacidade de um dado ordenamento político ser reconhecido como justo e equânime". Tendo-se que "(...) a exigência ou pretensão de legitimidade liga-se à conservação, no sentido de integração social, da identidade normativamente estabelecida de uma sociedade" (HABERMAS, 1983, p. 224).

Nessas circunstâncias, o planejamento econômico e social, enquanto função que se propõe legitimadora do Estado – pois procura intervir no mercado atenuando, ou

corrigindo, o seu modo de ação reconcentracionista e excludente socialmente – torna-se, tão-somente, peça de retórica ou de intervenções parciais que a dinâmica econômico-social termina por adaptar na perspectiva daqueles grupos sociais hegemônicos preexistentes. Em outros termos, se a direção e o conteúdo das ações alocativas e reguladoras do Estado se definem a partir do conflito de interesses de classes no mercado político, usando a figura no sentido schumpeteriano (SCHUMPETER, 1961, cap. 22-23), para o caso brasileiro o mais importante é que, nesse mercado, a dinâmica política é ditada por lideranças oligopólicas. Pois prevalecem, sobretudo, os interesses de poucos segmentos de classes dominantes, que agem como grupos de pressão sistemáticos junto ao aparelho de Estado. A crise fiscal em que se encontra mergulhado o Estado brasileiro é, simultaneamente, reflexo e condição primária de sobrevivência desses referidos grupos. O planejamento nessas condições é, na realidade, o antiplanejamento, pois consubstanciado de ilegitimidade no sentido dado acima pela condição de privatização prévia do Estado.

A mudança dessas condições político-institucionais e organizacionais do Estado brasileiro, visando dotá-lo de instituições e instrumentos adequados à aspiração de um estado de bem-estar social, não é em si obra do próprio Estado. Mas dependerá do modo de interação política entre governo e sociedade civil, à medida que a sua legitimização signifique atender as mudanças necessárias do ordenamento político vigente. Esta é, sem dúvida, a questão política fundamental e, talvez, o obstáculo mais importante à consecução de um novo estilo de desenvolvimento.

As ações econômicas, por seu turno, devem ter como princípio a necessidade de criar novas fontes não-inflacionárias e não-excludentes de financiamento, rompendo, assim, com o padrão de financiamento até hoje subsistente no Brasil.

Diante disso, impõe-se ao planejamento, num definido horizonte de tempo, estabelecer uma estratégia indutora de integração produtiva no nível inter e intra-regional, consagrando uma primeira frente de investimentos vinculados ao setor primário naquilo que ele exibe em termos de vantagens locacionais. É importante, nesse contexto, induzir a formação de economias de aglomeração, disseminadas espacialmente, em consonância com uma definição prévia das várias oportunidades produti-

vas primárias e suas correlatas possibilidades de localização industrial. Indústrias e complexos industriais em setores como o de alimentos, extração e beneficiamento de minerais, química, têxtil, vestuário e Calçados dentre outros, são os que mais caracterizam esta primeira frente. O papel de financiador privilegiado do desenvolvimento regional do Banco do Nordeste do Brasil torna-se, neste contexto, de crucial importância e, portanto, deve ser considerado um parceiro ativo desse processo.

A segunda frente está relacionada a setores industriais e de serviços que dependem mais do desenvolvimento de recursos humanos e tecnologia avançada e menos propriamente da base local de matérias-primas, como é o caso da informática, turismo, eletrônica etc. Aqui, o papel das Universidades Federais e Escolas Técnicas assume uma relevância indiscutível, requerendo do Estado uma postura totalmente distinta da até agora ocorrida no que respeita ao financiamento do ensino e pesquisa. Neste sentido, embora se tenha ressaltado a necessidade de melhoria e expansão do treinamento e desenvolvimento tecnológico de produtos e processos, adaptativos ou básicos, no âmbito das universidades da região, a educação em todos os níveis torna-se imprescindível, até mesmo para romper com os obstáculos impostos por certa “cultura da pobreza” e o analfabetismo em larga escala existentes na região.

O padrão de financiamento não-inflacionário e não-excludente, referido acima, será derivado de duas ações estatais precípuas, que são:

- a) uma reforma agrária massiva, nos moldes antes indicados, que privilegie a expansão e consolidação da produção camponesa, familiar, de alimentos. Note-se, ademais, que a reforma agrária, nestes termos, é uma necessidade nacional, apenas está-se enfatizando a sua especificidade para o Nordeste;
- b) implantação de uma reforma tributária progressiva no nível das rendas pessoais, da propriedade e da riqueza e compensatória no nível espacial. Neste caso, o Imposto sobre Propriedade Territorial Rural deve voltar a ser vinculado a um fundo para a reforma agrária e ser realmente efetivado.

Em suma, a proposta de um novo estilo de desenvolvimento significa uma ruptura profunda com o “equilí-

brio estrutural” vigente no Brasil. E, assim sendo, implica transformações políticas, econômicas e sociais de grande envergadura, no médio e longo prazo. Não obstante ser difícil de alcançar, não é impossível de concretizar. Dependerá, essencialmente, do modo como a sociedade civil se recicle, na sua dinâmica social de classes, redefinindo hegemonias e o próprio papel do Estado, na busca da consolidação de uma democracia substantiva e na construção de um estado de bem-estar social.

Abstract

In this article the author analyzes the recent growth of the economy of the Northeast region of Brazil and its way of integration in the national context. Its main conclusions evidence, at the same time, one strong integration with the growth of the national economy and relative loss of vitality of the regional growth, with the decrease of its participation in terms of gross domestic product, during the period that extends from the second half of the 1980's until the end of the 1990's. On the other hand, the successive lived economic crises of the national economy in the 1990's had put strong influences on the performance of the regional economy, particularly, in regards to instability of the growth and to the generation of job and income. Only from begin of the 2000's the regional economy started to sketch a more satisfactory growth, also, increasing its participation in the national gross domestic product. This last fact seems to indicate that the regional economy starts to present some degree of autonomy front to the national aggregate due to the performance of new competitive advantages, mainly, from economic activities just implanted in determined localities of the regional territory.

Key words:

Economy of the Northeast region of Brazil; Regional economic growth; Economic crisis and unemployment; Economic recovery of the Northeast region.

REFERÊNCIAS

BACEN. *Dados originais sobre as participações das FBC e FBCF no PIB*. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 12 jun. 2004.

FERREIRA, A. Determinantes do investimento privado no Nordeste: uma abordagem kaleckiana. *Revista*

Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 28, n. 1, p. 85-95, jan./mar. 1997.

FERREIRA, A. **Um novo planejamento para o Nordeste**. Fortaleza: Escola de Formação de Governantes, 1999. (Cadernos de formação política, 1).

HABERMAS, J. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

IBGE. **Contas nacionais**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 fev. 2005.

_____. **Contas regionais do Brasil**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/>. Acesso em: 26 mai. 2004a.

_____. **Pesquisa mensal de emprego**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 jun. 2005.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/>. Acesso em: 25 dez. 2004b.

KALECKI, M. **Economias em desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1988. p. 27.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p. 50.

Recebido para publicação em 27.11.2006

ANEXOS

Tabela 1a – Brasil e Região Nordeste: produto interno bruto, a preços de mercado de 2003 (R\$ milhões)

| Anos | Nordeste | Brasil |
|------|----------|-----------|
| 1985 | 147.197 | 1.051.635 |
| 1986 | 154.574 | 1.130.402 |
| 1987 | 151.501 | 1.170.306 |
| 1988 | 155.460 | 1.169.603 |
| 1989 | 160.258 | 1.206.563 |
| 1990 | 148.452 | 1.154.077 |
| 1991 | 155.902 | 1.165.964 |
| 1992 | 149.817 | 1.159.626 |
| 1993 | 156.598 | 1.216.735 |
| 1994 | 165.783 | 1.287.949 |
| 1995 | 171.562 | 1.342.350 |
| 1996 | 181.519 | 1.378.037 |
| 1997 | 184.794 | 1.423.118 |
| 1998 | 185.989 | 1.424.995 |
| 1999 | 188.287 | 1.436.188 |
| 2000 | 196.169 | 1.498.816 |
| 2001 | 199.261 | 1.518.489 |
| 2002 | 209.198 | 1.547.748 |

Fonte: IBGE (2004a). Elaboração própria.

Tabela 2a – Brasil e Região Nordeste: incrementos médios anuais do PIB (percentagem)

| Anos | Nordeste | Brasil |
|---------------|----------|--------|
| 1986 | 5,01 | 7,49 |
| 1987 | -1,99 | 3,53 |
| 1988 | 2,61 | -0,06 |
| 1989 | 3,09 | 3,16 |
| 1990 | -7,37 | -4,35 |
| 1991 | 5,02 | 1,03 |
| 1992 | -3,90 | -0,54 |
| 1993 | 4,53 | 4,92 |
| 1994 | 5,86 | 5,85 |
| 1995 | 3,49 | 4,22 |
| 1996 | 5,80 | 2,66 |
| 1997 | 1,80 | 3,27 |
| 1998 | 0,65 | 0,13 |
| 1999 | 1,24 | 0,79 |
| 2000 | 4,19 | 4,36 |
| 2001 | 1,58 | 1,31 |
| 2002 | 4,99 | 1,93 |
| Média | 2,15 | 2,71 |
| Desvio padrão | 3,64 | 2,71 |
| C. V. * (%) | 169,19 | 114,98 |

Fonte: IBGE (2004a). Derivada da Tabela 1a.

Nota: (*) Coeficiente de variação.

Tabela 3a – Brasil: formação bruta de capital como proporção do PIB e variável Dummy

| Ano | FBCF/PIB (%) | FBC/PIB (%) | Dummy |
|------|--------------|-------------|-------|
| 1990 | 20,7 | 20,2 | 0 |
| 1991 | 18,1 | 19,8 | 0 |
| 1992 | 18,4 | 18,9 | 0 |
| 1993 | 19,3 | 20,8 | 0 |
| 1994 | 20,7 | 22,1 | 1 |
| 1995 | 20,5 | 22,3 | 1 |
| 1996 | 19,3 | 20,9 | 1 |
| 1997 | 19,9 | 21,5 | 1 |
| 1998 | 19,6 | 21,1 | 1 |
| 1999 | 18,9 | 20,2 | 1 |
| 2000 | 19,3 | 21,5 | 1 |
| 2001 | 19,5 | 21,2 | 1 |
| 2002 | 18,7 | 19,4 | 1 |

Fonte: BACEN (2004). Elaboração tabular própria.

Tabela 4a – Brasil: população economicamente ativa e pessoas de 10 anos e mais que procuraram trabalho na semana de referência, segundo a situação de ocupação

| Ano | PEA | Condição de Ocupação | | | Condição de ocupação/PEA (%) | | |
|------|------------|----------------------|-------------|------------|------------------------------|-------------|-------|
| | | Ocupadas | Desocupadas | Total | Ocupadas | Desocupadas | Total |
| 1992 | 69.969.210 | 3.663.834 | 4.573.719 | 8.237.553 | 5,24 | 6,54 | 11,77 |
| 1993 | 70.965.378 | 3.607.193 | 4.395.621 | 8.002.814 | 5,08 | 6,19 | 11,28 |
| 1995 | 74.138.441 | 3.872.743 | 4.509.833 | 8.382.576 | 5,22 | 6,08 | 11,31 |
| 1996 | 73.120.101 | 4.539.862 | 5.079.895 | 9.619.757 | 6,21 | 6,95 | 13,16 |
| 1997 | 75.213.283 | 4.670.457 | 5.881.776 | 10.552.233 | 6,21 | 7,82 | 14,03 |
| 1998 | 76.885.732 | 5.263.750 | 6.922.619 | 12.186.369 | 6,85 | 9,00 | 15,85 |
| 1999 | 79.315.287 | 5.626.157 | 7.639.068 | 13.265.225 | 7,09 | 9,63 | 16,72 |
| 2001 | 83.243.239 | 6.389.675 | 7.785.067 | 14.174.742 | 7,68 | 9,35 | 17,03 |
| 2002 | 86.055.645 | 6.466.778 | 7.876.023 | 14.342.801 | 7,51 | 9,15 | 16,67 |

Fonte: Dados IBGE (2004b). Elaboração tabular própria.

Tabela 5a – Região Nordeste: população economicamente ativa e pessoas de 10 anos e mais que procuraram trabalho na semana de referência, segundo a situação de ocupação

| Ano | PEA | Condição de Ocupação | | | Condição de ocupação/PEA (%) | | |
|------|------------|----------------------|-------------|-----------|------------------------------|-------------|-------|
| | | Ocupadas | Desocupadas | Total | Ocupadas | Desocupadas | Total |
| 1992 | 19.829.784 | 1.058.544 | 1.223.275 | 2.281.819 | 5,34 | 6,17 | 11,51 |
| 1993 | 20.214.061 | 1.061.936 | 1.245.335 | 2.307.271 | 5,25 | 6,16 | 11,41 |
| 1995 | 21.081.000 | 1.144.348 | 1.110.122 | 2.254.470 | 5,43 | 5,27 | 10,69 |
| 1996 | 20.418.796 | 1.081.875 | 1.224.971 | 2.306.846 | 5,30 | 6,00 | 11,30 |
| 1997 | 21.170.684 | 1.289.343 | 1.408.760 | 2.698.103 | 6,09 | 6,65 | 12,74 |
| 1998 | 21.535.265 | 1.341.522 | 1.522.007 | 2.863.529 | 6,23 | 7,07 | 13,30 |
| 1999 | 22.344.532 | 1.516.696 | 1.786.145 | 3.302.841 | 6,79 | 7,99 | 14,78 |
| 2001 | 22.515.527 | 1.700.520 | 1.964.704 | 3.665.224 | 7,55 | 8,73 | 16,28 |
| 2002 | 23.265.844 | 1.853.036 | 1.924.292 | 3.777.328 | 7,96 | 8,27 | 16,24 |

Fonte: Dados IBGE (2004b). Elaboração tabular própria.

Tabela 6a - Brasil e Região Nordeste: rendimentos médios mensais das pessoas de 10 anos e mais. Preços constantes de 2002 (R\$ 1,00)

| Anos | Rendimentos médios mensais R\$ | | (B)/(A) (%) |
|------|-----------------------------------|---------------------|----------------|
| | Brasil (A) | Região Nordeste (B) | |
| 1992 | 321,22 | 167,51 | 52,15 |
| 1993 | 236,40 | 125,37 | 53,04 |
| 1995 | 799,15 | 407,28 | 50,96 |
| 1996 | 874,79 | 467,63 | 53,46 |
| 1997 | 833,65 | 432,82 | 51,92 |
| 1998 | 848,17 | 445,33 | 52,51 |
| 1999 | 691,95 | 368,32 | 53,23 |
| 2001 | 670,21 | 362,55 | 54,10 |
| 2002 | 561,00 | 303,00 | 54,01 |

Fonte: Dados IBGE (2004b). Elaboração tabular própria.

Tabela 7a – Regiões metropolitanas: taxas médias anuais de desemprego aberto em regiões metropolitanas selecionadas*, variações anuais das taxas de desemprego aberto e do PIB real do Brasil

| Anos | Taxa de desemprego aberto (%) | Variação anual da Taxa de desemprego aberto (base: ano anterior) (%) | Brasil: Variação anual do PIB real (preços constantes de 2001) (%) |
|------|-------------------------------|--|--|
| 1990 | 4,28 | - | - |
| 1991 | 5,25 | 22,62 | 1,03 |
| 1992 | 6,15 | 17,15 | -0,54 |
| 1993 | 5,75 | -6,45 | 4,92 |
| 1994 | 5,44 | -5,40 | 5,85 |
| 1995 | 4,97 | -8,71 | 4,22 |
| 1996 | 5,81 | 17,00 | 2,66 |
| 1997 | 6,15 | 5,78 | 3,27 |
| 1998 | 8,35 | 35,81 | 0,13 |
| 1999 | 8,37 | 0,19 | 0,79 |
| 2000 | 7,85 | -6,22 | 4,36 |
| 2001 | 6,83 | -12,91 | 2,97 |

Fonte: IBGE (2005). Conforme Tabela 2a, anexa. Elaboração tabular própria.

Nota: (*) Corresponde às regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Tabela 8a – Regiões metropolitanas de Recife e Salvador: taxas médias anuais, agregadas, de desemprego aberto na semana de referência, variações anuais das taxas de desemprego aberto e do PIB real da Região Nordeste

| Anos | Taxa de desemprego aberto (%) | Variação anual da Taxa de desemprego aberto (base: ano anterior) (%) | Brasil: Variação anual do PIB real (preços constantes de 2001) (%) |
|------|-------------------------------|--|--|
| 1990 | 5,90 | - | - |
| 1991 | 5,52 | -6,36 | 5,02 |
| 1992 | 8,24 | 49,32 | -3,9 |
| 1993 | 8,42 | 2,17 | 4,53 |
| 1994 | 7,33 | -12,95 | 5,86 |
| 1995 | 6,39 | -12,78 | 3,49 |
| 1996 | 6,67 | 4,24 | 5,8 |
| 1997 | 7,33 | 9,93 | 1,8 |
| 1998 | 9,75 | 33,12 | 0,65 |
| 1999 | 9,75 | -0,06 | 1,24 |
| 2000 | 9,65 | -0,99 | 4,18 |
| 2001 | 9,22 | -4,44 | 3,24 |

Fonte: IBGE (2005). Conforme Tabela 2a, anexa. Elaboração tabular própria.